

Coluna do Castelo

A autonomia do Distrito Federal



O governador de Brasília, sr José Aparecido de Oliveira, reassumiu ontem o seu posto, de volta de uma excursão de serviço pelo exterior, com um problema a mais, e dos mais delicados, a somar-se ao acervo dos problemas administrativos da capital da República.

Pessoalmente, o governador definiu-se pela autonomia da capital no seu discurso de posse, numa hora de euforia na qual prevaleciam os compromissos liberais. Ele deve manter-se em princípio fiel à tese, mas acontece que o governo a que serve, em especial o presidente José Sarney, encara com a maior reserva a reivindicação político-eleitoral dos representantes do Distrito Federal.

A velha discussão em favor da autonomia, que percorreu toda a vida política do Rio de Janeiro quando capital, teve apenas um momento de favorecimento da tese liberal. Em 1934 a Constituição então votada estatuiu a autonomia e a Câmara Municipal elegeu o primeiro prefeito da cidade, o famoso Pedro Ernesto, que alguns meses depois seria preso como implicado na revolução de 1935 e deposto.

Seu substituto foi o presidente da Câmara, o padre Olímpio de Melo, e a antiga capital jamais voltou a ter administrador eleito, a não ser quando perdeu o status de capital e se transformou no estado da Guanabara. O primeiro governador eleito foi Carlos Lacerda, que realizaria importante obra administrativa.

O problema, que durante décadas existiu também em Washington, onde terminou por prevalecer a reivindicação do prefeito eleito, vai ressurgir com todo o peso em Brasília, dadas as condições especiais da capital brasileira. Construída há 27 anos para sediar o governo da República, a qual pretendia se ver livre das pressões de opinião pública e da força armada concentrada no Rio de Janeiro, nasceu sob o signo da subordinação ao governo federal que se instalaria no seu espaço, por seus três poderes, e ali hospedaria, como hospedou, a totalidade da representação diplomática estrangeira.

Brasília sofre, contudo, dos mesmos problemas de insegurança do Rio de Janeiro, agravados pelos amplos espaços de difícil controle por uma força policial limitada e mal aparelhada como costumam ser os serviços públicos locais do país. A Esplanada dos Ministérios e a Praça dos Três Poderes são amplos espaços ocupáveis por populações inconformadas ou reivindicantes. O governo sente carência de segurança, pois os fatos têm demonstrado, desde a revolução dos sargentos em 1963, que a cidade é vulnerável aos excessos da tropa e da população. A chamada Ilha da Fantasia vira-se numa ilha de pânico, acessível nos seus amplos palácios ao assédio de massas nem sempre controláveis sem o recurso a meios violentos.

O general Nini chibateando automóveis é apenas uma imagem da instabilidade da cidade nos momentos de confrontação política, assim como as galerias da Câmara, tomadas pelas tropas de Taguatinga (os candangos) mobilizados pela esquerda populista, se transformavam rapidamente no principal instrumento de suasões da dupla Jango-Brizola nos meses que precederam o golpe militar de 64. Quem funciona politicamente em Brasília percebe facilmente a existência desse problema e sua resultante: a necessidade de sentir-se seguro o governo federal pela proteção do escudo militar do setor urbano ocupado pelo Exército.

A essas razões acrescenta-se a circunstância de que a cidade não dispõe de autonomia financeira. Seu custeio é assegurado com 64% dos recursos oriundos dos cofres federais, o que aparentemente dá à União o direito de gerir ou de fiscalizar a aplicação desses recursos, embora a cidade seja dotada de órgão de controle supervisionado pelo Senado Federal. O fato é que o presidente José Sarney e o sistema de forças em que se apóia não assimilaram a idéia de ter em Brasília um governador eleito pelas populações carentes das cidades satélites condicionadas por uma assembleia local que facilmente reproduzirá o modelo da "gaiola de ouro", que tornou irrespirável o legislativo municipal do antigo Rio de Janeiro. O governador José Aparecido terá de encarar essa realidade e comportar-se em consonância com as decisões políticas do governo que integra. Empenhado na solução de problemas básicos acumulados ao longo de anos de má gestão — circunstância que o leva a chocar-se com interesses criados —, deverá a partir de agora comandar na cidade a resistência pela campanha em favor da conquista da autonomia de uma cidade ainda inacabada, gerida por recursos federais, mas com uma população facilmente manejada pela fantasia de um estado de liberdade.

Carlos Castello Branco

PMDB decide impor-se na Constituinte

BRASÍLIA — O PMDB vai partir para a ofensiva. O presidente do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, os líderes do partido, o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, e os oito relatores das comissões temáticas da Constituinte querem a aprovação das teses defendidas no programa do PMDB. Reunidos na noite de terça-feira na casa do doutor Ulysses, das nove às duas da madrugada, chegaram à conclusão de que é preciso deixar clara a posição oficial do partido, que, em muitos casos, tem sido derrotada pelos próprios pemedebistas.

Agora, definiram-se alvos prioritários. Alguns deles são: salvar pelo menos o Estatuto da Terra (promulgado durante o governo militar de Castelo Branco), criar o Conselho Nacional de Comunicação, deixar que a questão do aborto seja tratada mais tarde, pela legislação ordinária, e evitar que a Constituição traga princípios que justifiquem um golpe de Estado.

A partir do resumo apresentado à cúpula do partido por cada um dos relatores — todos pemedebistas —, chegou-se à conclusão de que os conservadores estão unidos em torno daqueles pontos que lhes são indispensáveis, principalmente na Comissão da Ordem Econômica.

Pelo menos dois assuntos críticos foram tratados. Na Subcomissão da Política Agrária e Fundiária e da Reforma Agrária, por exemplo, o anteprojeto considerado progressista, do deputado Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE), foi derrotado a partir de um substitutivo apresentado pelo deputado Rosa Prata (PMDB-MG), fazendeiro em Uberaba. Na Subcomissão de Ciência e Tecnologia e de Comunicação, os deputados Mendes Ribeiro (PMDB-RS) e José Carlos Martínez (PMDB-PR) encabeçaram a rejeição do anteprojeto da relatora, deputada Cristina Tavares (PMDB-PE).

Os dois episódios comprovam a fragmentação do PMDB, que se dividiu em duas questões sobre as quais há posição definida em seu programa, aprovado no Congresso Nacional do partido realizado no ano passado: a reforma agrária e a criação de um Conselho Nacional de Comunicação, que concederia canais de rádio e televisão e definiria a política de comunicação do país — retirando das mãos do Ministério das Comunicações o poder de outorga e cassação de concessões.

"É hora de o PMDB se definir como partido. Isso é vital para a sua sobrevivência e para cumprir os compromissos assumidos com os eleitores", pediu o deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), relator da Comissão da Família, de Educação, Cultura, Esporte, Comunicação, Ciência e Tecnologia. "Há uma grande preocupação em unir o PMDB em torno das questões programáticas. Temos o dever de buscar esse entendimento", concordou o senador José Richa (PMDB-PR), relator da Comissão da Organização do Estado.

Bisol quer programa partidário respeitado

Pelo menos um senador, José Paulo Bisol (PMDB-RS), cobrou com veemência a necessidade de unificação do PMDB, durante a reunião na casa do presidente do partido e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. O anfitrião não se manifestou, mas os senadores Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas e o governador Pedro Simon apoiaram o discurso de Bisol.

O senador gaúcho chegou a pedir claramente a expulsão dos conservadores do PMDB ou a retirada dos progressistas, que formariam um novo partido. Para manifestar sua preocupação, Bisol lembrou duas derrotas dos progressistas, causadas por constituintes do PMDB: na Subcomissão da Reforma Agrária, o parecer do também pemedebista Osvaldo Lima Filho foi derrotado pela ausência do deputado Benedito Monteiro (PMDB-PA) que, no dia da votação, estava em Belém para fazer uma palestra na OAB e se reunir com suas bases; na Subcomissão dos Princípios Gerais e Intervenção do Estado, oito constituintes do PMDB se aliaram à direita para derrubar o parecer do relator Virgíldio de Senna (PMDB-BA). Esta subcomissão acabou propondo alterações no monopólio do refino de petróleo e deu uma definição muito vaga de empresa nacional.

Bisol quer que esses constituintes sejam interpelados e que se exija deles o cumprimento do programa partidário. O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), que não se tinha manifestado, apoiou Bisol quando ele disse que não assinaria os anteprojotos das subcomissões.

Divergências dão a rota por onde passará o acordo

João Gilberto

Encerrado o primeiro round na Constituinte — o das subcomissões — as tendências fazem as contas de suas vitórias e derrotas, embora, com a consciência de que tudo não passa de uma preliminar, já que as novas etapas podem modificar o que foi resolvido e resultado mesmo só se terá na partida de fundo, isto é, no plenário, lá pelo final de setembro ou meados de outubro.

A fórmula de ir escrevendo a Constituição a partir de fontes plurais e até contraditórias permite a cada segmento de opinião fazer um teste de força antes de partir para a negociação. Foi assim que os progressistas colocaram sua

Os relatores das comissões



Prisco: Organização Eleitoral



Serra: Sistema Tributário



Severo: Ordem Econômica



Richa: Organização do Estado



Bisol: Soberania, Direitos e Garantias



Egdio: Organização dos Poderes



Távola: Educação e Comunicação



Almir Gabriel: Ordem Social

Grupos disputam voto indeciso na Ciência

BRASÍLIA — Cada voto dos parlamentares de posição ainda não definido, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações, Educação e Família, será disputado pelos blocos da esquerda e da direita. Os progressistas contam, seguramente, com 18 votos, enquanto os conservadores mantêm uma vantagem inicial de quatro votos. Entre eles, flutua um grupo de parlamentares de diferentes partidos, que não firmaram posição mas serão responsáveis pela tendência que predominará na Comissão.

Na Mesa, o relator, deputado Arthur da Távola (PMDB/RJ), tende pela esquerda, enquanto o presidente, senador Marcondes Gadelha (PFL/RJ), é conservador. As incógnitas ficam por conta de deputados como Pedro Canedo (PFL/GO) e Atila Lira (PFL/PI). Canedo manteve uma posição reformista na Educação, embora tenha recuado na votação da destinação de verbas públicas para o ensino. Atila Lira também votou com os progressistas nessa subcomissão. Na Ciência e Tecnologia, dois parlamentares do PMDB do bloco progressista mudaram de posição na votação do anteprojeto da relatora Cristina Tavares (PMDB/PE). Foram os deputados Aluizio Vasconcelos (MG) e Onofre Corra (MA).

Os indefinidos ganham número entre os parlamentares que formaram a Subcomissão de Família. Como a maioria dos assuntos foi de cunho "moral" e não ideológico, as posições não são previsíveis. Neste grupo alinham-se os deputados João de Deus Antunes (PDT/RS), Mathus Lenses (PMDB/PR), Roberto Augusto (PTB/RJ), Sotero Cunha (PDC/RJ), e Eraldo Tinoco (PFL/BA). Todos mantiveram posições conservadoras sobre família, questão do menor, aborto e planejamento familiar — coerentes com o fato de serem pastores evangélicos.

O tema mais polêmico a ser discutido na comissão será a parte de ciência, tecnologia e comunicações, que envolve basicamente a reserva de mercado e o sistema de concessão de canais de rádio e televisão. Outro tema será a destinação de verbas públicas para o ensino.

Tendência de comissão deixa Fogaça animado

BRASÍLIA — "Graças a Deus, na comissão temática da direita não é tão poderosa", desabafou o senador José Fogaça (PMDB-RS) no dia que a Subcomissão do Poder Executivo decidiu podar seu anteprojeto para estipular um mandato presidencial de cinco anos e poupar os ministros militares das moções de desconfiança previstas pela sua proposta parlamentarista. Fogaça tem motivos para comemorar, pois enquanto 90% de sua subcomissão eram constituintes próximos da direita, na Comissão Temática a correlação de forças pesa em favor dos progressistas.

Para impedir as mudanças drásticas que a Subcomissão do Executivo planejava para seu projeto, Fogaça só contava com o trabalho dos deputados Miro Teixeira (PMDB-RJ), Jutahy Júnior (PMDB-BA), Gumercindo Milhomen (PT-SP) e Eduardo Bonfim (PC do B-AL). Enquanto isso, sob a orientação do deputado Albérico Filho (primo do presidente Sarney), Expedito Machado (PMDB-CE) orientou o grupo centro-democrático para um acordo com o PDS e o PFL e, juntos, compuseram uma maioria de 19 constituintes, fatal para a derrota do projeto de Fogaça.

Na COMISSÃO TEMÁTICA — a de Organização dos Poderes — a articulação de Expedito Machado dificilmente terá êxito. Para começar, ali os 20 integrantes da Subcomissão do Judiciário desenham um perfil nitidamente progressista, com raras exceções, como Paes Landim (PFL-PI) e Leopoldo Peres (PMDB-BA), mais identificados com a direita. Os integrantes oriundos da Subcomissão do Legislativo também compõem um figurino liberal e votos como os de Dalton Canabrava (PMDB-SC), Genebaldo Correia (PMDB-BA) e Jorge Leite (PMDB-RJ) correm o risco de ficar perdidos num mar de constituintes inclinados a seguir o relator, deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), um dos mais empenhados na consolidação da transição política. E para Egídio, essa consolidação se chama "mandato de quatro anos para o presidente Sarney".

assinatura no texto da Ordem Social e incluíram nos direitos do trabalhador a própria plataforma do movimento sindical; todas as reivindicações transformadas em capítulo constitucional. Já os conservadores deram autógrafos na Ordem Econômica, preocupados em preservar a livre empresa, desestimular a ação estatal e defender a propriedade; nos princípios gerais derrotaram o trabalho do relator, na reforma agrária chegaram ao empate técnico do zero a zero; e na questão urbana escreveram um texto moderado.

Vendo os resultados parciais, deveríamos ter uns e outros comemorando e chorando a um só tempo. Isto não acontece porque enquanto as lideranças de centro-direita conhecem bem a retórica do "já ganhou" e a utilizam para jogada de efeito futuro, as cabeças do centro-esquerda têm uma tendência à mortificação e vão ao muro das lamentações até quando ganham. Agora mesmo, quando os textos aprovados significam conquistas sociais consideráveis, direitos inovadores e alguns até ousados, além de mecanismos de participação popular muito interessantes, o quadro é de uma direita triunfante e de uma esquerda mortificada.

Todavia, esta é a primeira etapa. Nela, ambos ganharam de forma avassaladora em alguns aspectos e perderam de maneira retumbante noutros. Mas, todos sabem que a quebra-de-braco de agora pouco quer dizer para o resultado final do plenário.

Até por isto, cada força jogou para o confronto. Poucos

relatores voltaram-se à negociação e à tarefa de serem "relatores do consenso". A etapa seguinte dispensava-os desta empreitada e alguns optaram por marcar posição para um lado ou para outro. Todos reconhecem, porém, que a Constituição não será a obra de uma das facções e que grandes composições precisam ser feitas para se chegar ao texto final que represente um pensamento de comunhão nacional.

Até aqui escaramuças. Mas, progressistas e conservadores sabem muito bem que precisarão negociar em direção ao centro, majoritário e indecifrável em todos os perfis que os cientistas políticos fizeram desta Assembleia Constituinte.

Na nova etapa, a dos oito comissões temáticas, já desaparecem algumas propostas que tiveram mínima repercussão, as alternativas começam a ser negociadas e as divergências explicadas.

Chegaremos a alguns grandes confrontos de plenário em torno de teses básicas inconciliáveis. Mas muita coisa haverá de ser resolvida por uma salutar negociação. Afinal, a esquerda sabe que a Ordem Social que conquistou sozinho precisa ser mediada e a direita tem consciência de que a Ordem Econômica que arrancou na marra nesta primeira fase ainda passa por muita negociação.

João Gilberto Lucas Coelho, 44 anos, advogado especializado em Direito Constitucional e ex-deputado federal, é diretor do Centro de Estudos de Acompanhamento da Constituinte, entidade da Universidade de Brasília.